

CADERNOS EBAPE.BR

Cadernos EBAPE.BR

ISSN: 1679-3951

Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de
Administração Pública e de Empresas

AQUINO, MAGNO GERALDO DE

Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua
influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas

Cadernos EBAPE.BR, vol. 17, núm. 3, 2019, Julho-Setembro, pp. 448-459

Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

DOI: 10.1590/1679-395173587

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323260404003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Noções de sujeito e poder em leituras foucaultianas e sua influência nos estudos de organizações e gestão de pessoas

MAGNO GERALDO DE AQUINO ¹

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) / FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, BELO HORIZONTE – MG, BRASIL

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre a noção de sujeito e poder caracterizada por Michel Foucault (1926-1984), considerando suas três fases intelectuais e suas possibilidades nos estudos de organizações e gestão de pessoas. Argumenta-se que os modos como o sujeito foi caracterizado em suas fases intelectuais reflete os modos como o indivíduo foi gerido nas organizações, bem como aponta o potencial que a abordagem foucaultiana oferece para as análises sobre os sujeitos e as relações de poder nas organizações. Na fase arqueológica, propõe-se priorizar o estudo dos discursos organizacionais; na genealogia, argumenta-se sobre a proposta de avançar nas análises do poder disciplinar, poder relacional e biopolítica; na ética, sugere-se a necessidade de analisar a constituição de subjetividades no espaço de trabalho.

Palavras-chave: Foucault. Gestão. Sujeito. Poder.

Notions of subject and power in Foucauldian readings and their influence in organization and people management studies

Abstract

This article reflects on the notion of subject and power characterized by Foucault, considering the three intellectual phases and possibilities of the subject, as portrayed in studies on organizations and management. The research assumes that the ways in which Foucault characterized the subject in intellectual phases reflects the ways the organization manages the individual. In addition, this work highlights the potential of the Foucaultian approach regarding the analysis of subjects and the relations of power in the organizations. In the archaeological phase the proposal is to prioritize the study of organizational discourses. In the genealogy phase, the idea is to advance the analyses of the disciplinary power, relational power, and biopolitics. Finally, in ethics, we suggest the need to analyze the constitution of subjectivities in the work space.

Keywords: Foucault. Management. Subject. Power.

Nociones de sujeto y poder en lecturas foucaultianas y su influencia en los estudios de organizaciones y gestión de personas

Resumen

El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre la noción de sujeto y poder caracterizados por Foucault, considerando sus tres fases intelectuales y sus posibilidades en los estudios de organizaciones y gestión. Se argumenta que las formas como el sujeto fue caracterizado en sus fases intelectuales refleja los modos como el individuo fue manejado en las organizaciones, así como apunta al potencial que el enfoque foucaultiano ofrece para los análisis sobre los sujetos y las relaciones de poder en las organizaciones. En la fase arqueológica se propone priorizar el estudio de los discursos organizacionales; en la genealogía se argumenta sobre la propuesta de avanzar en los análisis del poder disciplinario, relacional y biopolítico y, en la ética, se sugiere la necesidad de ser analizar la constitución de subjetividades en el espacio de trabajo.

Palabras clave: Foucault. Gestión. Sujeto. Poder.

INTRODUÇÃO

As ideias de Michel Foucault (1926-1984) têm-se destacado como significativas para o desenvolvimento de estudos e de problematizações em diversas áreas e temáticas. Contudo, somente em meados dos anos 1990 as reflexões de Foucault foram tomadas como um conjunto interpretativo importante para diversas questões no campo dos estudos organizacionais (BARRATT, 2008; CALDWELL, 2007; CARTER, 2008; KNIGHTS, 2002; MOTTA e ALCADIPANI, 2004). São reflexões em torno do sujeito e as relações de poder os dois temas que melhor conectam os escritos de Foucault ao estudo das organizações, com reflexos marcantes nas análises sobre os modos de gestão de pessoas.

Em seu percurso intelectual, Foucault promoveu mudanças significativas em seus interesses e métodos de pesquisa (PEREIRA, MUNIZ e LIMA, 2008; STARKEY e HATCHUEL, 2002). Isso significou que suas reflexões em torno dos conceitos de poder e sujeito foram alteradas. Decorre daí que a diversidade, complexidade e heterogeneidade de suas reflexões, como advertem Välikangas e Seeck (2011), permitiu que pesquisadores e estudiosos de Foucault propusessem dividir suas ideias em três fases distintas: arqueologia; genealogia; e estética/ética. Essa divisão é importante para que se obtenha uma visão geral do pensamento de Foucault e os modos como suas ideias podem ser utilizadas tanto nos estudos de organização (DIXON, 2007) como nas estratégias de gestão de pessoas, em que se propõe a utilização de diferentes dispositivos, tanto discursivos como não discursivos, para se efetivarem (GONÇALVES, 2016). Essa é uma perspectiva viável ao se propor refletir, neste artigo, sobre um modo de refinamento nas análises de Foucault sobre o sujeito e os modos de ordenamento das formações discursivas nos anos 1960; posteriormente, a consideração do sujeito como efeito de técnicas de dominação e normatização, nos anos 1970; e, enfim, o sujeito como agente político e ético nos anos 1980.

A partir das noções sobre o homem e os modos de controle e seu ordenamento se torna possível considerar os diferentes modos e técnicas de gestão de pessoas nos estudos organizacionais, tomando em conta as três fases intelectuais de Foucault. Considera-se, neste artigo, que as práticas de gestão de pessoas não são apenas procedimentos descritivos do modo de funcionamento da organização, mas também o fundamento de uma produção ideológica. Com isso, não se pode dissociar os procedimentos e os dispositivos e seu discurso da maneira como funcionam e como são vividos pelos indivíduos. Depreende-se daí que os dispositivos operacionais e a ideologia estão indissolivelmente ligados, tendo como função fazer interiorizar certas condutas e os princípios que as legitimam.

Nesse sentido, ao se considerar suas ideias sobre a noção de homem e sua relação com as formas de poder, percebe-se que, em sua fase genealógica, Foucault muda radicalmente o foco de uma análise da produção do sujeito passivo, característico da fase arqueológica, para se concentrar na maneira pela qual os indivíduos se constituem ativamente como sujeitos de verdade e, por fim, em sua fase ética, como sujeitos autoformativos. Nessa fase, Foucault se concentra na análise das práticas que o sujeito realiza sobre si mesmo como modo de relacionar-se com as tecnologias de poder (MIRANDA, 2014). É, contudo, na interseção da noção de governamentalidade, desenvolvida em sua fase genealógica, e as reflexões sobre as tecnologias de si, aprofundadas em sua fase ética, que as ideias de Foucault ganham uma nuance interessante, quando da consideração da auto constituição do sujeito trabalhador, como uma técnica de gestão.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a noção de sujeito e poder desenvolvida e caracterizada por Foucault em suas três fases intelectuais e seus reflexos nos estudos de organizações e gestão de pessoas. Essa proposta ganha consistência ao considerar que as ideias foucaultianas sobre o sujeito e as relações de poder têm sido, ainda, pouco exploradas, principalmente em relação às fases arqueológica e ética. Além disso, argumenta-se que as ideias de Foucault oferecem uma perspectiva sempre interessante nos estudos sobre as organizações e gestão em que as práticas sociais são tomadas como um campo interessante de pesquisa.

SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO E DE PODER NAS OBRAS DE FOUCAULT

De acordo com Pereira, Muniz e Lima (2008), Dreyfus e Rabinow (2009) e Välikangas e Seeck (2011), as principais obras da fase arqueológica de Foucault são: *História da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*. Nesse período Foucault estava interessado em examinar as “regras de formação” e os “regimes de verdade” por meio dos quais o saber científico progride, levando os seres humanos a se tornar visíveis sob determinados discursos legitimados (KNIGHTS, 2002).

Em sua fase genealógica, Foucault produz as obras *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2014) e a *História da sexualidade*, volume 1 (FOUCAULT, 1985). Nessas obras, como comenta Knights (2002), Foucault avança em suas ideias sobre a origem da verdade e inicia suas reflexões sobre a genealogia do poder e do conhecimento, analisando as condições necessárias para que o poder tenha efeitos de verdade particulares (FOUCAULT, 2004b; SOUZA, 2012). De acordo com Maia (1995), as discussões de Foucault sobre a relação de poder, controle sobre os corpos e a caracterização do poder disciplinar foram elaboradas com maior nitidez nos estudos do período de 1974 e 1975.

Posteriormente, Foucault, em 1976, com sua obra *Vontade de saber* (FOUCAULT, 1985), inicia uma nova reflexão sobre as relações de poder, com suas ideias sobre biopoder e biopolítica, como estratégias do governo de controle sobre a vida e o fazer viver (PEREIRA, MUNIZ e LIMA, 2008) e sobre a governamentalidade, em que a arte de governo define um novo espaço de pensamento nos domínios da ética e da política (FOUCAULT, 2010c; AVELINO, 2014).

No final da década de 1970, como comenta Villadsen (2014), Foucault voltou sua atenção para a ética e a estética. Nessa fase, o sujeito é considerado central no desenvolvimento de suas reflexões. As principais obras da fase ética são o segundo e terceiro volumes de *História da sexualidade* – “O uso dos prazeres” e “O cuidado de si” (FOUCAULT, 1985, 1988); “A ética do cuidado de si como prática da liberdade” (FOUCAULT, 2004a); “Tecnologias de si” (FOUCAULT, 2004b); “O sujeito e o poder” (FOUCAULT, 2009); e “A hermenêutica do sujeito” (FOUCAULT, 2010a). Foucault enfatizou, como comentam Pereira, Muniz e Lima (2008), o papel do sujeito ativo e ético e defendeu o cuidado de si e o autogoverno, simultaneamente a aceitação de recursos individualizados e um modo de resistência que torna os modos do cuidado de si recursos possíveis e indispensáveis na constituição de sujeitos individualizados (KNIGHTS, 2002).

Foucault (2009) argumenta não ser possível estudar sujeitos ou as formas pelas quais os seres humanos são sujeitos sem estudar as relações de poder. Para Foucault (2014), o poder não está centralizado nem é estático, mas diluído em relações de forças que atravessam as estruturas sociais, e dele ninguém conseguiria escapar (PLØGER, 2008; RAFFNSØE, GUDMAND-HØYER e THANING, 2014; RODRIGUES, 2016). Desse modo, tem-se que a razão pela qual o poder governa, ainda que não exclusivamente, e pela qual o indivíduo o aceita, encontra-se no fato de que o poder não pesa sobre o sujeito como uma violência não proibitiva.

Foucault (2012) desenvolve as noções de formação discursiva, regimes de verdade e tecnologias de governo como estratégias a partir das quais se estabelecem relações saber-poder, para demonstrar que o poder é uma rede que inclui a todos (GONÇALVES, 2016). Nesse processo, chama-se a atenção para o processo dicotômico em que o sujeito vivencia seu processo de subjetivação: o sujeito é aquele sujeitado a uma imagem que se faz dele, imagem dada, extrínseca, pré-formulada, como também sujeito à imagem que faz de si, à própria identidade, ao referencial que cria de si (FONSECA, 2014; FOUCAULT, 2010a). Há, assim, uma sujeição do indivíduo a uma imagem que não fora inteiramente concebida e construída por si, de modo que o sujeito não é fruto de um processo de autoconstituição, mas impelido a se tornar sujeito pela norma, instituída a partir de regimes de verdade definidos por esquemas que encontra e que lhe são propostos, sugeridos e, enfim, impostos pela cultura, pela sociedade e por seu grupo social (FOUCAULT, 2004a, 2010b).

Contudo, o poder não deve ser tomado em sua dimensão sempre negativa, mas também a partir de sua face positiva. O poder penetra os corpos, causa prazer (DIXON, 2007), cria conhecimento, produz discursos de verdade e possibilita a emergência e o crescimento de um sujeito moral. Nesse sentido, a visão foucaultiana sugerindo que *o poder opera mas não pode ser de propriedade* tem implicações significativas nas investigações sobre a relação de poder nas organizações e as estratégias como o indivíduo pode ser gerido. É importante, contudo, que se delimite o espaço analítico a partir do qual se pode argumentar que o sujeito se constitui a partir de uma ação reflexiva e moralmente responsável, por meio de estratégias do cuidado de si, quando confrontada com determinadas situações contraditórias. Essas situações contraditórias emergem quando os indivíduos experimentam uma discordância entre os modos como se reconhecem como sujeitos e as reivindicações impostas nas relações normativas múltiplas nos espaços de convivência e interação social. Com isso, deve-se buscar compreender as relações entre o sujeito e os jogos de verdade, examinadas não a partir de práticas coercitivas, mas a partir das práticas de si, em um exercício de si sobre si (FOUCAULT, 2004a). Um exercício de si sobre si por meio do qual o sujeito é levado a se elaborar, a se transformar e a se reconhecer, atingindo certo modo de ser.

RELAÇÕES DE PODER NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E GESTÃO DE PESSOAS

Motta e Alcadipani (2004), com o objetivo de sistematizar os estudos que utilizaram as ideias de Foucault em teoria das organizações, analisaram artigos publicados nos principais periódicos internacionais da área entre 1975 e o primeiro semestre de 2002. Ressaltam os autores que grande parte dos artigos analisados utilizou as ideias de Foucault para discutir temas relativos a poder e controle nas organizações, prioritariamente a partir das noções de poder disciplinar. Motta e Alcadipani (2004) destacam, ainda, que as análises empreendidas nos artigos examinados tomaram as noções foucaultianas sobre o poder de modo dissociado, como se fossem instrumentos que atendessem às necessidades específicas de argumentação, deixando de lado importantes contribuições de outros conceitos da analítica do poder foucaultianas.

Välikangas e Seeck (2011), em trabalho de sistematização de estudos que utilizaram as ideias de Foucault em estudos de organizações e os modos como o sujeito fora retratado nestes estudos, entre 2000 e 2009, apontou resultados semelhantes aos de Motta e Alcadipani (2004). Destacou-se que a maioria dos artigos que analisam organizações e processos de gestão em uma perspectiva foucaultiana se refere principalmente aos trabalhos do período genealógico de Foucault. É desse período que os conceitos de poder, mais especificamente o poder disciplinar e a vigilância, são os mais evocados, originários das ideias desenvolvidas por Foucault (2014) na obra *Vigiar e punir*. Argumenta-se que, como assinalaram Motta e Alcadipani (2004) e Välikangas e Seeck (2011), bem como Barratt (2008), por se concentrarem em sua maioria nas ideias de disciplina e vigilância, as contribuições de Foucault para os estudos organizacionais em suas fases arqueológicas e ética são, comumente, negligenciadas.

Knights (2002) argumenta que *Vigiar e punir*, de Foucault, recebeu maior interesse dos estudiosos em organizações pelo fato dos temas *controle* e *vigilância*, interpretados nas ideias de *olhar institucional* e *monitoramento*, terem muitas semelhanças com o modo como os funcionários são controlados no trabalho na contemporaneidade. Essa observação reforça a percepção da priorização de apenas um modo de leitura das contribuições de Foucault para a análise das organizações, em detrimento das demais contribuições e propostas de sua analítica do poder (BARRATT, 2008; CRANE, KNIGHTS e STARKEY, 2008; DIXON, 2007; RAFFNSØE, GUDMAND-HØYER e THANING, 2014).

Nos tópicos a seguir são apresentadas as contribuições foucaultianas para a compreensão de sujeito e as relações de poder, com o objetivo de refletir sobre as possibilidades de interpretação das análises para as organizações e gestão, nas três fases intelectuais de Foucault.

ARQUEOLOGIA, SUJEITO, PODER E ORGANIZAÇÕES

Na fase arqueológica, Foucault estudou os discursos de psiquiatria, medicina, ciências humanas e práticas institucionais (COSTA, GUERRA e LEÃO, 2013). Foucault (2010b), em *As palavras e as coisas*, examina como um conjunto de disciplinas clássicas, como gramática, economia política e história natural, desenvolveu-se (SOCIO, 2016) e as razões pelas quais tais disciplinas poderiam garantir que suas declarações devem ser consideradas verdadeiras e outras falsas (THIRY-CHERQUES, 2010). Seu projeto geral pode ser definido como o de examinar como alguns discursos reivindicam o *status* da ciência e como eles moldam as condições que determinam a formação linguística, econômica e biológica do sujeito (DELEUZE, 2014; FOUCAULT, 2004a, 2014; KNIGHTS, 2002). Nessa fase, as reflexões de Foucault sobre as noções de sujeito e poder estão fortemente ligadas ao estudo das práticas discursivas e aos modos como são construídos determinados regimes de verdade, em determinado período histórico (HACK, 2006).

Os discursos, na perspectiva foucaultiana, podem ser entendidos como sistemas de regras de classificação, regulação e ordenamentos estruturados, que definem quem pode dizer o quê, quando e como (CALDWELL, 2007; GIACOMONI e VARGAS, 2010). Esse sistema de regras define as condições sob as quais, historicamente, os sujeitos são definidos e percebidos (SILVA e MACHADO JÚNIOR, 2016), ao mesmo tempo que define, limita e controla o modo como esses mesmos sujeitos se percebem e se relacionam com o mundo (CALDWELL, 2007).

Nesse sentido, ao focalizar a fase arqueológica de Foucault, busca-se um necessário deslocamento dos modos de desenvolver pesquisas organizacionais, sob a perspectiva funcionalista, que seguem as regras e os procedimentos do conhecimento positivo

(SILVEIRA, 2005), sob uma perspectiva estruturalista e qualitativa. Isso permite a construção de análises sobre como as relações de poder se configuram entre as organizações e seus funcionários, priorizando os estudos dos discursos organizacionais.

Bergström e Knights (2006) investigaram a relação entre os discursos organizacionais e a constituição de subjetividades, durante os processos de recrutamento em uma empresa americana. Os autores analisaram como os discursos dos entrevistadores, por meio de movimentos discursivos, iniciam, apoiam, controlam e determinam a decisão dos candidatos de ingressar na empresa como uma opção independente e individual do candidato. Sugere-se que, na medida em que a subjetivação ocorre durante o processo de recrutamento, ela dependa do uso e aceitação dos discursos organizacionais pelo candidato como expressões de seus próprios motivos para trabalhar na empresa. Isso implica compreender que a organização define, por meio de determinadas práticas discursivas, os processos de subjetivação, sem, contudo, negar que a subjetivação é um efeito da interação permanente entre a agência humana e os discursos organizacionais, e não a determinação de um para o outro.

Phillips e Oswick (2012) afirmam a importância da análise do discurso organizacional como uma abordagem para os estudos de organizações e gestão. De modo geral, o discurso organizacional é apontado como importante fator na construção de identidades no trabalho. Para os autores, o discurso organizacional fornece ferramentas para explorar o processo de gestão em diferentes contextos, ao fornecer uma conexão entre identidade e construtos como controle e confiança. Isso é posto em prática na organização por meio de políticas de pessoal, com o objetivo de multiplicar momentos, lugares e meios para se apropriar da ideia de que pertencer a determinada empresa é essencial como modo de ser reconhecido como determinado trabalhador. Esse elemento ideológico é dado já a partir das entrevistas de admissão e avaliação, bem como em estágios de formação, encontros da empresa e outras formas de comunicação interna em que se exaltam a generosidade da empresa e o orgulho de a ela pertencer.

Da perspectiva proporcionada pela arqueologia de Foucault, os processos de gestão e as teorias organizacionais são percebidas como regimes de poder-saber (COSTA, GUERRA e LEÃO, 2013). As teorias organizacionais, nessa perspectiva, podem identificar como uma organização e suas práticas organizacionais são dadas como verdadeiras (ROSA, 2015), além do modo como os trabalhadores se percebem e são descritos a partir de determinados discursos, os quais determinam, ainda, as condições e práticas sociais no espaço de trabalho. É possível argumentar que, nos estudos de organizações e estratégias de gestão, as reflexões foucaultianas têm uma contribuição singular, ao detectar os processos discursivos e sua formação, como construção de determinado campo do saber legitimado (COSTA e LEÃO, 2012). Este definido em termos de ordem e normatividade, que ultrapassaria as categorias linguísticas e as normatividades da língua em dada inserção histórica e social (ALMEIDA, KEMP e MACHADO, 2014; CANDIOTTO, 2013; FREITAS, 2011; NOGUEIRA, 2006; SILVEIRA, 2005). Como salienta Knights (2002), a arqueologia de Foucault e o estudo dos discursos fornecem possibilidades variadas e interessantes para o desenvolvimento de estudos em ciências organizacionais (DIXON, 2007) e de gestão (PEREIRA, MUNIZ e LIMA, 2008).

A segunda fase intelectual de Foucault, ao avançar nas reflexões sobre a articulação entre os saberes constituídos, passa a focalizar as relações entre as doutrinas e os lugares do dizer, evidenciando como, em cada sociedade, a produção do discurso pode ser controlada. Assim, enquanto na arqueologia o poder é percebido principalmente como uma força repressiva, na genealogia se enfatizam os modos como o poder emana dos discursos.

GENEALOGIA: PARA ALÉM DO PODER DISCIPLINAR NAS ORGANIZAÇÕES

A perspectiva orientada pela genealogia foucaultiana dá conta de avançar na análise do poder disciplinar, permitindo que se analise as questões em torno do poder relacional e da biopolítica (PEREIRA, MUNIZ e LIMA, 2008). Nesse sentido, busca-se redirecionar a atenção dos processos disciplinares para o contexto institucional em que a organização está inserida. Por fim, Foucault (2010b) empreende suas reflexões em torno da governamentalidade como estratégia e tática de governo de controle e condução da conduta, como um encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si.

O estudo de diferentes instituições e autoridades que estabelecem certos regimes de verdade e formas de subjetividade foi um tema central na fase genealógica de Foucault, especialmente no volume 1 da *História da sexualidade* (FOUCAULT, 1985) e em *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2014). Nessas obras, Foucault estudou como a disciplina, a punição e a sexualidade afetam o ser humano em um nível muito profundo. Analisou, ainda, como instituições e autoridades usam estratégias conscientes e inconscientes para ter poder sobre o sujeito (KNIGHTS, 2002).

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2014) propõe um novo método de pesquisa ao examinar a vida cotidiana e as práticas sociais (VEIGA-NETO, 2009), ao considerar que estas têm suas próprias regularidades, lógica, estratégia e razão. Considera-se, assim, que nas escolas, nas prisões, nas igrejas e nos hospitais os indivíduos possam revelar algum tipo de verdade sobre si. Tal verdade não pode ser concebida apenas como uma força passiva, pois orienta o pensamento e a autoimagem dos indivíduos em determinada direção (FOUCAULT, 1985, 2010a). Nessa perspectiva, o poder disciplinar pode ser usado para transformar os indivíduos para que possam viver dentro dos limites da sociedade (FOUCAULT, 2010c), em uma ordem (CANDIOTTO, 2012) dada por meio de relações sociais, como uma prática política (COSTA e LEÃO, 2017) em constante atividade para gestão do cotidiano (CARRIERI, 2014).

Inspirados na obra *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2014), estudos sobre os processos disciplinares nas organizações analisaram as formas como as organizações utilizam o mecanismo de vigilância inspirados no panóptico, como apontam Motta (1981), Motta e Alcázar (2004) e Knights (2002), para garantir uma autogestão efetiva por parte dos funcionários. Do olhar panóptico, depreende-se uma relação de poder que penetra a subjetividade de cada indivíduo, fazendo com que a função de controle, vigília e disciplina seja incorporada em sua consciência. O indivíduo se torna, nessa relação, apenas seguidor de ordem, sem a possibilidade de sentir-se responsável pela própria formação, senão pela obediência a regras impostas. Dentro da perspectiva do panóptico, o ser humano torna-se o princípio de sua própria sujeição (BRÍGIDO, 2013; CARROLL e LEVY, 2010; DANNER, 2017).

O poder pastoral é outra possibilidade-chave para a análise do sujeito e das relações de poder nas organizações (PRETOS e VIANNA, 2014). Diferentemente do poder disciplinar, que se caracteriza por uma forma de intervenção sobre os corpos individuais, o poder pastoral é, essencialmente, uma forma de direcionamento de corpos e almas com o objetivo de obter condutas adequadas (WALTER, WINKLER e CRUBELLATE, 2013). O poder pastoral é fundamentado em uma relação de poder em que o pastor tem por objetivo modificar o espírito e a vontade da pessoa e guiá-la, conduzi-la, controlá-la e de manipulá-la, a partir da orientação espiritual e de suas confissões. Essa relação implica, antes, que o pastor deve obter cada vez mais conhecimento sobre suas ovelhas. O resultado da prática da confissão revela que o indivíduo produz certo tipo de verdade sobre ele mesmo e extrai uma verdade que o une àquele que dirige sua consciência (CANDIOTTO, 2008; FERREIRINHA e RAITZ, 2010; WALTER, WINKLER e CRUBELLATE, 2013).

À luz da genealogia de Foucault, os estudos em organizações podem desenvolver análises sobre os espaços organizacionais, com foco nas práticas sociais, nas relações entre gerentes e subordinados, bem como na relação entre o indivíduo e o local de trabalho, como um espaço conceitual e suas dimensões geográficas, bem como sobre a dimensão do sujeito e o tempo no trabalho. Todas essas dimensões devem ser analisadas e conhecidas antes de serem gerenciadas (VÄLIKANGAS e SEECK, 2011). São campos e espaços de atividades práticas em que o saber e a verdade são legitimados e credenciados por especialistas e autoridades, a partir de suas posições hierárquicas preeminentes. Também são campos nos quais se constroem estratégias de controle a partir do desenvolvimento da ideia de um indivíduo calculável, controlado por meio de cálculos (ARAÚJO, 2017).

Na perspectiva genealógica, Oliveira (2016) buscou refletir sobre como o currículo se revela enquanto instrumento de discurso do poder refletido nos comportamentos adotados em instituições educativas e sobre os modos como o sistema educacional pressiona os participantes a internalizar as normas e ordenamentos educacionais e os conteúdos e se autodisciplinar. Tais ideias, em consonância com a compreensão genealógica de Foucault sobre o sujeito, sugerem que os sujeitos não são controlados apenas por forças externas, pois esse poder é, muitas vezes, internalizado. Em segundo lugar, aponta que os sujeitos não são meros participantes passivos nesse campo de relações de poder, mas participantes ativos.

Na governamentalidade Foucault se interessa em compreender como os governos se formam e seus objetivos (FOUCAULT e SENELLART, 2008). Sua investigação está voltada à análise do surgimento da sociedade de controle, em que o poder está disperso entre os muitos atores e instituições sociais. Foucault (2008), em suas reflexões, considerou o surgimento da governamentalidade a ideia de *biopolítica*. Esse termo é utilizado para se referir às práticas do Estado moderno (VEIGA-NETO, 2005), que define as relações de poder sobre a economia e sobre a população como espécie (FONSECA, 2014). A biopolítica opera por meio da realidade dos seres humanos como seres vivos, orientando, regulando e encaminhando os indivíduos (DANNER, 2017) a partir de certa distância, com foco explícito no nível da coletividade (SOUZA, JUNQUILHO, MACHADO et al., 2006; SOUZA, 2012), com o objetivo de promover a vida. A biopolítica é um processo de governo e regulamentação dos indivíduos, não mais a partir de estratégias disciplinares e restritivas que visam ao corpo físico, mas o corpo como um espaço político em si (AVELINO, 2014).

As reflexões sobre governamentalidade possibilitam a análise dos processos das interações humanas e sobre as condições em que se encontram a interação entre o governo da conduta e as formas que permitem às pessoas serem ativas, ao mesmo tempo que dispostas à sua própria exploração. A governamentalidade promove uma percepção mais refinada sobre os procedimentos de governo dos corpos (FOUCAULT, 2010c), agindo e investindo cada vez mais na instrumentalização das propensões autorreguladoras dos indivíduos, aliando a esses objetivos sociopolíticos (SKINNER, 2013). Sørensen e Villadsen (2015), a partir da perspectiva da governamentalidade, analisaram como uma prática gerencial supostamente “não hierárquica” e estetizada reconfigura as relações de poder em uma organização. Sugerem os autores que a atuação ética do gestor é usada taticamente para moldar o espaço de conduta dos outros na empresa, com importante influência na constituição de subjetividades. Assim, consideram-se não somente as questões em torno das técnicas de dominação e governo, mas também em relação às técnicas de si (DIXON, 2007).

A liberdade proposta na governamentalidade permite que o sujeito se perceba plenamente responsável, em termos organizacionais, pela sua carreira, como demonstraram Cappelle e Melo (2010), em estudo sobre a formação de policiais femininas. Contudo, a carreira é uma forma da empresa focalizar o indivíduo sobre a tarefa, permitindo, ainda, a construção de uma moralidade burocrática durável (MCKINLAY, CARTER e PEZET, 2012). A carreira exige da organização que se estabeleçam sistemas de medição de tarefas, estabelecimento de escadas para ascensão no emprego, produção de registros que possam medir o desempenho e progressão individual. Exige, ainda, o desenvolvimento de estratégias para avaliar o desempenho e a trajetória do empregado em relação à população (MCKINLAY CARTER e PEZET, 2012) e/ou grupo, em longo prazo. Assim, na organização, os dados sobre os empregados não podem ser privados, mas sim agregados e guardados permanentemente para ser analisados e processados ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, enquanto tais dados estabelecem uma população e as normas em conjunto, também podem ser utilizados pelo indivíduo, permitindo a impressão de que ele tem o conhecimento sobre as questões relativas a si e o controle sobre sua vida no espaço de trabalho.

São, assim, consideradas duas dimensões básicas do poder: o conhecimento e a subjetividade. A primeira considerada como fonte de individualidade e dados de produtividade provenientes das relações de poder. A segunda propiciada nas formas de liberdade originadas do conhecimento do sujeito sobre os mecanismos de poder. Tais dimensões podem ser analisadas, nas organizações, em relação às questões referentes à ética.

ÉTICA, SUJEITO E RESISTÊNCIA NAS ANÁLISES ORGANIZACIONAIS

Na fase ética/estética, interessou a Foucault (2004a) examinar como foi possível aos indivíduos minimizar os efeitos da dominação e alcançar certo grau de liberdade no centro de diferentes regimes de poder (FOUCAULT, 2010c). A noção em torno das tecnologias de si indica que os indivíduos são capazes de se transformar no campo das relações de poder (Foucault, 2004b). Tal perspectiva, como observou Foucault (2010a, 2010c), consiste em considerar que as relações de poder só são possíveis na medida em que os sujeitos são livres. É possível, ainda, considerar a questão da emergência da resistência ao poder por um sujeito, nas relações de poder (FOUCAULT, 2010c). Essa ideia está ligada à ênfase de Foucault sobre o poder ser essencialmente de caráter relacional (FOUCAULT, 2004a, 2010a).

As tecnologias de si são um meio que possibilita aos seres humanos se tornarem sujeitos. Essa é uma forma de poder que se aplica à vida cotidiana do indivíduo, ao mesmo tempo marcando-o em sua própria individualidade e legando-o à sua própria identidade. Isso é dado a partir do estabelecimento de uma verdade em que o indivíduo deva se reconhecer e levar os outros a reconhecê-la. Salienta-se, assim, o duplo sentido para o termo sujeito: sujeito submetido ao outro, por meio de formas de controle e da dependência; e o sujeito submetido à própria identidade, por meio da consciência de si ou do conhecimento de si. Nos casos, o termo sujeito reflete uma forma de poder que subjuga e sujeita, como comentam Dreyfus e Rabinow (2009).

Enquanto as tecnologias do poder determinam o modo como os indivíduos são conduzidos e orienta-os para determinados fins e modos de objetivação (FOUCAULT, 2010c), as tecnologias de si

[...] permitem aos indivíduos efetuar por seus próprios meios, ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos e almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a si transformarem para alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade (FOUCAULT, 2004b, p. 323-324).

As tecnologias de si estão diretamente vinculadas ao fato dos indivíduos poderem moldar a si com a ajuda das práticas de autogoverno. São essas práticas que levam os indivíduos a resistir às formas existentes de dominação e disciplina (GRABOIS, 2011).

De acordo com as reflexões foucaultianas, nas organizações é essencial que se examine a ética como uma forma de prática, de modo a compreender o que tanto gerentes como os trabalhadores realmente fazem em suas atividades diárias (STARKEY e HATCHUEL, 2002). Não basta dizer que o sujeito é constituído em um sistema simbólico (MCKINLAY CARTER e PEZET, 2012), é preciso compreender que o sujeito é constituído em práticas sociais reais, práticas historicamente analisáveis (CANDIOTTO, 2013).

Na análise da constituição ética do sujeito não se começa por tentar encontrar um conjunto ideal de valores que os indivíduos tomem como base para suas ações, mas sim por enfatizar que a subjetividade ética é formada por meio das ações diárias em práticas reais (GALVÃO, 2014). Perspectiva esta adotada em Crane, Knights e Starkey (2008), sobre a constituição do sujeito ético a partir da interseção entre as formas de controle e as tecnologias de si, e Skinner (2013), sobre a autoformação de sujeitos na agricultura orgânica, em que se buscavam examinar os indivíduos e suas práticas e não os mecanismos coletivos de que fazem parte. A partir dessa perspectiva se torna possível compreender como o sujeito se constitui em um processo de autogoverno, ao mesmo tempo que se apreende as questões em torno de sua emoção (DIXON, 2007) e em torno da constituição de sua autonomia (MARTIN, LESLIE, MINION et al., 2013) e liberdade.

Barratt (2008) enfatiza as relações de poder em que a autonomia, na perspectiva de normatividade não dogmática, poderia otimizar os espaços para o autogoverno e autocuidado. Isso efetivamente implica um papel mais ativo e contínuo dos sujeitos para negociar regras processuais mais justas em tomadas de decisão. Atenta-se, portanto, para participação ativa dos sujeitos no estabelecimento das metas e arranjos organizacionais e o estabelecimento de um campo de relações de poder no local de trabalho com um mínimo de dominação. Ainda que o padrão opressivo não deixe de existir, as configurações contemporâneas de relações de poder se tornam mais restritas, ou menos intensas, à medida que o sujeito humano pode tornar-se autor de sua própria vida. Isso permite refletir sobre as questões do autogoverno e cuidado de si, dadas nas relações de poder em sua dimensão ético-política do local de trabalho, como coextensivas ao campo de ação social.

Não se pode negar, contudo, que a relação de poder nas organizações restringe a possibilidade do sujeito ser autor em sua própria vida. Consequentemente, a autonomia pregada no espaço de trabalho restringe e impõe determinados encargos sobre a produção como forma de autonomia (MELO, FREITAS, SIEBRA et al., 2016). Isso, por sua vez, dificulta a emergência de autonomia que aperfeiçoa o espaço de trabalho para a emergência do autogoverno e o cuidado de si, de um sujeito ético.

Contudo, considera-se que estudos sobre organização e gestão a partir da fase ética/estética de Foucault também são bastante promissoras, principalmente se combinadas com as reflexões em torno da noção de governamentalidade. Nesses estudos se torna possível examinar a maneira como o sujeito, e sua subjetividade, é retratado nas organizações (CAPPELLE e MELO, 2010; SOUZA, JUNQUILHO, MACHADO et al., 2006) e as relações entre dinâmica do poder e resistência (FLEMING e SPICER, 2007) e o fato de que distintas empresas possuem diferentes normalidades.

Tedesco e Rodrigues (2012), Grabois (2013) e Skinner (2013) fornecem exemplos interessantes de como os estudos de governamentalidade podem ser combinados com os escritos éticos de Foucault. Esses autores fazem referência aos quatro elementos descritos por Foucault (1988) em sua obra "O uso dos prazeres", como constitutivos da ética (CANDIOTTO, 2013; DÍAZ, 2012): a substância ética, os modos de sujeição, os modos de elaboração do trabalho ético e a teleologia do sujeito moral. Na análise da substância ética se enfatizam os aspectos do comportamento considerados relevantes como constituintes de sua conduta moral. Os modos de sujeição se referem aos modos como os indivíduos se tornam sujeitos às determinações e estruturas normativas. Ou seja, refletir sobre os modos como os indivíduos estabelecem relações com as regras, normalizações, obrigações e padrões éticos. O terceiro elemento, a elaboração do trabalho ético, refere-se ao conjunto de atitudes e hábitos pessoais que incidem sobre si, com o propósito de tornar seu comportamento conforme as regras estabelecidas. Traz nessas considerações o conhecimento que cada indivíduo tem sobre si e pelo qual se transforma em sujeito moral de sua própria conduta, a partir das práticas de si. E a teleologia do sujeito, que incide sobre as práticas produzidas pelo sujeito moral constituído. Esses elementos tratam da caracterização do sujeito moral, não somente em relação a ações em conformidade a valores e regras exteriores, mas, principalmente, a um certo modo de ser característico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSIBILIDADES PARA PESQUISA FUTURA

De acordo com a perspectiva aqui abordada, pode-se considerar que as ideias de Foucault em suas três fases, sobre o sujeito e as relações de poder, têm dimensões marcadamente distintas e que influenciam, de modos diversos, a construção de estudos em organizações. Nos escritos arqueológicos pouco fora desenvolvida a ideia de sujeito e subjetividade. Nessa fase, não se remete à figura de um sujeito ou a um lugar subjetivo. Há apenas a noção de determinada posição ocupada pelo indivíduo para dizer o que diz, ou sobre quem é dito algo. O sujeito é, portanto, inserido em determinado contexto social que determina o que pode ser dito, em qual momento, de qual modo e por quem.

Contudo, a elaboração de estudos que levam em conta a análise dos discursos organizacionais (PEREIRA, MUNIZ e LIMA, 2008) tem potencial para se valer das ideias foucaultianas desenvolvidas nessa fase. Nesse sentido, o saber se tornaria o foco do estudo, de modo a se compreender como a articulação dos saberes constituídos na organização pode servir de fundamento para o desenvolvimento de estratégias de gerenciamento. Essa proposição trata, inevitavelmente, das relações de poder estabelecidas entre os atores sociais no interior das organizações que, por seu turno, promovem determinadas visibilidades a partir dos posicionamentos dos saberes. A contribuição se revela como estratégia biopolítica, em que são evidenciados os saberes necessários para o controle de corpos, como uma arte de governo. Nessa perspectiva, torna-se interessante analisar as posições ocupadas pelos atores nos discursos organizacionais (BRANCA SÓLIO, 2008). Isso, assim considerado, articula elementos de governamentalidade. Por seu turno, as estratégias de governamentalidade podem indicar o desenvolvimento de tecnologias que podem ser consideradas originadas das relações de poder e da articulação entre os saberes, na constituição de um sujeito ético.

Pesquisas que possam desenvolver análises históricas longitudinais constituem uma proposta interessante. Tal perspectiva permite levar em conta as mudanças nas condições de organização do trabalho e seus reflexos nos modos como os indivíduos se reconhecem diante da organização a que pertencem, como trabalhadores. As análises históricas são necessárias para entender por que organizações e práticas organizacionais se tornaram uma forma particular e não outra. Desse modo, a organização pode ser estudada como lócus de conhecimento específico e de produção de saberes articulados que engendram, por sua vez, discursos de poder articulados sobre o sujeito.

Por seu turno, a compreensão do constante esforço do cuidado de si, que emerge no sujeito no espaço de trabalho, como técnica de auto conformação e auto formação, coloca em evidência os campos heterogêneos de problematização, transformação e desenvolvimento de experiências individuais e coletivas, fundadas nas relações de poder. Essa proposta possibilita refletir sobre a emergência do desejo e da intencionalidade, característica do sujeito ativo, como essencial no processo de constituição de si como sujeito ético, dada em determinadas fissuras, entre resistências e liberdades, jamais como um sujeito constituinte descrito em determinada história (FISCHER, 1999).

Nesse contexto, para maior compreensão do processo de constituição do sujeito ético nas organizações se tornam necessários estudos empíricos em que a relação do sujeito e poder possam ser avaliados efetivamente. Estudos sobre organizações, a partir das ideias foucaultianas, eventualmente enfatizam que há uma conexão entre certas práticas organizacionais e o modo como os seres humanos se veem como sujeitos, também constituídos nos discursos organizacionais. Isso demanda, contudo, tanto estudos genealógicos como estudos fundamentados na perspectiva ética, de modo a poder compreender a constituição do sujeito ético no espaço de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. T.; KEMP, V. H.; MACHADO, M. N. M. Sujeito, poder e discurso nas organizações: análise de falas de empresários. **Revista Direito Mackenzie**, v. 7, n. 1, p. 56-70, 2014.
- ARAÚJO, I. L. Foucault, para além de “Vigiar e punir”. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 21, n. 28, p. 39-58, 2017.
- AVELINO, N. Sujeito a política: tecnologia confessional e controle da subjetividade. In: AVELINO, N.; VACCARO, S. (Orgs.). **Governamentalidade/Segurança**. São Paulo: Intermeios, 2014. p. 309-342.
- BARRATT, E. The later Foucault in organization and management studies. **Human Relations**, v. 61, n. 4, p. 515-537, 2008.
- BERGSTROM, O.; KNIGHTS, D. Organizational discourse and subjectivity: subjectification during processes of recruitment. **Human Relations**, v. 59, n. 3, p. 351-377, 2006.
- BRANCA SÓLIO, M. Comunicação e poder nas organizações. **Em Questão**, v. 14, n. 2, p. 207-222, 2008.
- BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: uma análise do poder. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 4, n. 1, p. 56-75, 2013.
- CALDWELL, R. Agency and change: re-evaluating Foucault's legacy. **Organization**, v. 14, n. 6, p. 769-792, 2007.
- CANDIOTTO, C. Governo e direção de consciência em Foucault. **Natureza Humana**, v. 10, n. 2, p. 89-113, 2008.
- CANDIOTTO, C. Discipline and security in Michel Foucault: normalization and regulation of delinquency. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. esp., p. 18-24, 2012.
- CANDIOTTO, C. A genealogia da ética de Michel Foucault. **Educação e Filosofia**, v. 27, n. 53, p. 217-234, 2013.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010.
- CARRIERI, A. P. As gestões e as sociedades. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 19-57, 2014.
- CARROLL, B.; LEVY, L. Leadership development as identity construction. **Management Communication Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 211-231, 2010.
- CARTER, C. A curiously British story: Foucault goes to business school. **International Studies of Management and Organization**, v. 38, n. 1, p. 13-29, 2008.
- COSTA, F. Z. N.; GUERRA, J. R. F.; LEÃO, A. L. M. S. O solo epistemológico de Michel Foucault: possibilidades de pesquisa no campo da administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 35, p. 168-179, 2013.
- COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 453-469, 2012.
- COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Dispositivo de Potterheads: organização pautada na ordem do cânone. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 4, p. 500-523, 2017.
- CRANE, A.; KNIGHTS, D.; STARKEY, K. The conditions of our freedom: Foucault, organization, and ethics. **Business Ethics Quarterly**, v. 18, n. 3, 2008.
- DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, p. 143-157, 2017.
- DELEUZE, G. **El poder: curso sobre Foucault [1986]**. Buenos Aires: Cactus, 2014.
- DÍAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: UNESP, 2012.
- DIXON, M. A. Transforming power: expanding the inheritance of Michel Foucault in organizational studies. **Management Communication Quarterly**, v. 20, n. 3, p. 283-296, 2007.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.
- FISCHER, R. M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 1, p. 39-59, 1999.
- FLEMING, P.; SPICER, A. **Contesting the corporation: struggle, power and resistance in organizations**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 2014.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 1.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 3.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos & escritos: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. v. 5.
- FOUCAULT, M. Tecnologias de si, 1982. **Verve: Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol**, n. 6, p. 321-360, 2004b.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. São Paulo: Leya, 2014.
- FOUCAULT, M.; SENELLART, M. **Segurança, território, população (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, E. C. Cultura, linguagem e trabalho: comunicação e discurso nas organizações. **Revista Desenredo**, v. 7, n. 1, p. 104-126, 2011.
- GALVÃO, B. A. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuitio**, v. 7, n. 1, p. 157-168, 2014.
- GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. **Revista Veredas**, v. 14, n. 2, p. 119-129, 2010.
- GONÇALVES, J. F. G. Foucault e a questão do dispositivo, da governamentalidade e da subjetivação: mapeando noções. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 6, n. 7, p. 105-122, 2016.
- GRABOIS, P. F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 19, n. 1, p. 7-27, 2011.
- GRABOIS, P. F. Práticas éticas de subjetivação e resistência política em Michel Foucault. **Ecos: Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 3, n. 1, p. 72-87, 2013.
- HACK, R. F. Michel Foucault e a individuação discursiva. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 26, p. 25-38, 2006.
- KNIGHTS, D. Writing organizational analysis into Foucault. **Organization**, v. 9, n. 4, p. 575-593, 2002.
- MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, 1995.
- MARTIN, G. P. et al. Between surveillance and subjectification. Professionals and the governance of quality and patient safety in English hospitals. **Social Science & Medicine**, v. 99, n. 3, p. 80-88, 2013.
- MCKINLAY, A.; CARTER, C.; PEZET, E. Governmentality, power and organization. **Management & Organizational History**, v. 7, n. 1, p. 3-15, 2012.
- MELO, A. K. S. et al. A autonomia no âmbito da política nacional de promoção de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 4, p. 585-594, 2016.
- MIRANDA, W. S. Foucault e a questão do sujeito: as tecnologias do eu e a criação de novas subjetividades. **Fenomenologia e Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 19-34, 2014.
- MOTTA, F. C. P. O poder disciplinar nas organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 21, n. 4, p. 33-41, 1981.
- MOTTA, F. P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **Revista de Administração**, v. 39, n. 2, p. 117-128, 2004.
- NOGUEIRA, M. C. O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.
- OLIVEIRA, J. C. Conhecimento, currículo e poder: um diálogo com Michel Foucault. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 23, n. 2, p. 390-405, 2016.
- PEREIRA, M.; MUNIZ, M.; LIMA, J. Foucault e estudos organizacionais: ampliando as possibilidades de análise. **Revista de Ciências da Administração**, v. 9, n. 17, p. 93-110, 2008.
- PHILLIPS, N.; OSWICK, C. Organizational discourse: domains, debates, and directions. **Academy of Management Annals**, v. 6, n. 1, p. 435-481, 2012.
- PLØGER, J. Foucault's dispositif and the city. **Planning Theory**, v. 7, n. 1, p. 51-70, 2008.
- PRETES, E.; VIANNA, T. Do pastorado ao governo (bio)político dos homens: notas sobre uma genealogia da governamentalidade. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, p. 131-156, 2014.
- RAFFNSØE, S.; GUDMAND-HØYER, M.; THANING, M. S. Foucault's dispositive: the perspicacity of dispositive analytics in organizational research. **Organization**, v. 1, n. 17, p. 1-27, 2014.
- RODRIGUES, H. B. C. **Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- ROSA, E. C. Teoria das organizações: o poder no pensamento de Michel Foucault, com um olhar na universidade. **Revista Triângulo**, v. 8, n. 2, p. 185-194, 2015.
- SILVA, G. F.; MACHADO JÚNIOR, S. D. S. A construção do sujeito em Michel Foucault. **EntreLetras**, v. 7, n. 1, p. 200-210, 2016.
- SILVEIRA, R. A. **Michel Foucault, poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SKINNER, D. Foucault, subjectivity and ethics: towards a self-forming subject. **Organization**, v. 20, n. 6, p. 904-923, 2013.
- SOCIO, L. As palavras e as coisas: uma história do pensamento que nos ajuda a entender a emergência da questão do sujeito na filosofia moderna. **Sapere Aude: Revista de Filosofia**, v. 7, n. 13, p. 58-69, 2016.
- SØRENSEN, B. M.; VILLADSEN, K. The naked manager: the ethical practice of an anti-establishment boss. **Organization**, v. 22, n. 2, p. 251-268, 2015.
- SOUZA, W. L. Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault. **Múltiplas Leituras**, v. 4, n. 2, p. 103-124, 2012.
- SOUZA, E. M. et al. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 13-25, 2006.
- STARKEY, K.; HATCHUEL, A. The long detour: Foucault's history of desire and pleasure. **Organization**, v. 9, n. 4, p. 641-656, 2002.
- TEDESCO, S. H.; RODRIGUES, C. A ética da metaestabilidade e a direção ética da clínica. **Informática na Educação: Teoria & Prática**, v. 15, n. 1, p. 159-169, 2012.
- THIRY-CHERQUES, H. R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, n. 81, p. 215-248, 2010.
- VÄLIKANGAS, A.; SEECK, H. Exploring the Foucauldian interpretation of power and subject in organizations. **Journal of Management & Organization**, v. 17, n. 6, p. 812-827, 2011.
- VEIGA-NETO, A. Governo ou governo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 79-85, 2005.
- VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, n. 34, p. 83-94, 2009.

VILLADSEN, K. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 643-660, 2014.

WALTER, B. E. P.; WINKLER, C. A. G.; CRUBELLATE, J. M. O ideário taylorista, a gestão da subjetividade e o poder pastoral. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 16-29, 2013.

Magno Geraldo de Aquino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5605-1873>

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); Doutorando em Administração de Empresas no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (CEPEAD/FACE/UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: magno-aquino@hotmail.com